

QUEM ESTÁ NA ESCUTA?

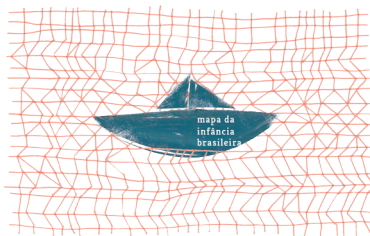
DIÁLOGOS, REFLEXÕES E TROCAS DE ESPECIALISTAS QUE DÃO VEZ E VOZ ÀS CRIANÇAS



UMA PUBLICAÇÃO DO MAPA DA INFÂNCIA BRASILEIRA (MIB)

QUEM ESTÁ NA ESCUTA?

DIÁLOGOS, REFLEXÕES E TROCAS DE ESPECIALISTAS QUE DÃO VEZ E VOZ ÀS CRIANÇAS





Na relação entre adultos e crianças, quem está na escuta e quem é que tem voz? Para o professor em Sociologia da Infância Manuel Jacinto Sarmento, da Universidade do Minho, de Portugal, mais do que ocorrer uma inversão de papéis, em que criança fala e adulto escuta, é preciso tornar essa relação recíproca. Desafio tremendo numa sociedade que, em geral, “não dedica atenção suficiente para descobrir o que pensam e o que querem meninos e meninas”.

O pesquisador, dedicado a temas como a condição social da infância e culturas infantis, destaca que nas últimas três décadas vem ocorrendo uma ruptura com um retrato da infância em negativo – que não fala, que não pode, que não sabe. “Assim, a criança começa a ser cada vez mais pensada a partir do que é, do que sabe, do que pode, das suas competências, das suas formas de construir cultura, do modo como elabora sistemas ideológicos não necessariamente coincidentes com os dos adultos.”



Nessa esteira de transformação, o professor cita também o rompimento com a ideia equivocada de que as crianças são indivíduos em devir – ou um vir a ser. “Todos seres humanos – crianças, adultos, idosos – estão em processo de mudanças e transformações contínuas, do ponto de vista biológico, ideológico, intelectual e cultural. O devir é próprio da condição humana, não é específico da infância”, explica Sarmento, chamando a atenção para pensar a infância a partir da positividade de suas próprias características.

Na entrevista a seguir, o pesquisador português trata de temas relacionados à representação da infância nos dias de hoje, quando impera uma imagem midiaticizada da “criança do horror”, à escuta das crianças em diferentes esferas, contextos e países e à participação infantil nas cidades. As crianças, por terem uma enorme plasticidade da renovação das formas e dos conteúdos, poderão propor e sugerir outros modos de ver o mundo que não aqueles cristalizados nas culturas dominantes”, define Sarmento. (GABRIELA ROMEU)



Como a criança vem sendo pensada ou entendida ao longo dos últimos séculos, desde o nascimento do sentimento de infância?

A criança foi por muito tempo pensada basicamente em torno de duas ideias essenciais: 1) a de que ela não tem uma cultura própria e precisa ser educada; pra isso são criadas instituições como as escolas para que ela possa adquirir a cultura dos adultos; 2) a de que não tem também uma moralidade própria e que por isso precisa ser socializada dentro dos valores, das

A MODERNIDADE
INSTITUI UMA INFÂNCIA
SEPARADA DOS ADULTOS
QUE SE CARACTERIZA
EXATAMENTE PELA
DEFINIÇÃO DAQUILO QUE
ELA NÃO TEM, MAIS DO
QUE PELA DEFINIÇÃO
DAQUILO QUE A CRIANÇA
É, PODE, FAZ.

normas, das regras, do comportamento para que possa exercer suas funções enquanto adulto de forma integrada. De alguma maneira a modernidade institui, então, uma infância separada dos adultos que se caracteriza exatamente pela definição daquilo que ela não tem, mais do que pela definição daquilo que a criança é, pode, faz. Por isso precisa ser educada. A infância da Modernidade é uma infância pensada como uma geração em devir, em transformação, no sentido de futuro. De qualquer forma, importa-nos pensar que todos seres humanos – crianças, adultos, idosos – estão em processo de mudança e transformação contínuas, do ponto de vista biológico, ideológico, intelectual e cultural. O devir é próprio da condição humana, não é específico da infância. O que aconteceu nos últimos 25 anos foi uma ruptura com essa concepção da modernidade. Assim, a criança começa a ser cada vez mais pensada a partir do que ela é, do que ela sabe, do que ela pode, das suas competências, das suas formas de construir cultura, do modo como ela elabora sistemas ideológicos, não necessariamente coincidentes com o dos adultos; faz isso no mundo social em relação aos adultos, nas relações entre crianças. Essa é a grande transformação nos últimos, digamos, 25 anos, 35 anos no máximo, no pensamento sobre a infância: a criança é pensada a partir da positividade das suas próprias características.

Quais representações de infância foram surgindo desde então?

Ao longo de todos os tempos, houve mudanças na concepção da infância. A criança foi estigmatizada como uma criança romântica, inocente, boa, bela, pura. Já no início da Revolução Industrial surge a imagem da criança traquina, transgressora, rebelde e, eventualmente, perigosa para a sociedade. Um exemplo é o romance *Oliver Twist*. Essa personagem de Charles Dickens é muito reveladora dessa situação. A criança é uma vítima social e, ao mesmo tempo, considerada pela sociedade como alguém que necessita ser contida porque sua transgressão põe em risco as normas sociais. Existe, portanto, uma concepção da criança romântica e uma concepção da criança transgressora ou perigosa – ou as visões angelical e demoníaca da criança.

■ NO INÍCIO
DA REVOLUÇÃO
INDUSTRIAL SURGE
A IMAGEM DA
CRIANÇA TRAQUINA,
TRANSGRESSORA,
REBELDE E,
EVENTUALMENTE,
PERIGOSA PARA
A SOCIEDADE.

Daria para dizer qual é o retrato da infância que tem vigorado mais recentemente?

Nos últimos anos, a partir de 2004 ou 2005, particularmente na Europa – e suponho que também no Brasil e na América Latina –, o que tem dominado a representação da infância na mídia é a da criança como imagem do horror, por exemplo, a criança que morre solitária nas praias da Turquia, em consequência da fuga para a Europa. A imagem que é midiaticizada é a do horror. Vejo que esta é uma mudança significativa, pois estamos num tempo em que a crueldade social e a desagregação da própria sociedade, em consequência de múltiplos conflitos e das crises do capitalismo financeiro, são situações que ocorrem em vários países. Tudo isso tem consequência sobre a vida das crianças, o modo como são tratadas e, em particular, a maneira como a mídia e a opinião pública as estigmatizam. Eu acho que a criança do horror é hoje a imagem de um tempo de grandes preocupações, um tempo em detrimento das calamidades que vivemos.

Num livro que coorganizou, *Infância (in)visível* (Junqueira & Marin, 2007), o senhor fala que a sociedade muitas vezes esquece a criança e que é preciso respeitar o direito de viver a infância, entre outras questões que vão sendo tecidas ali. Queria que o senhor falasse um pouco mais sobre a invisibilidade da infância, com relação à cidadania, ao meio científico e na própria sociedade.

Para que a situação possa ser descrita melhor, o livro a que refere coloca o *in* entre parênteses, criando a tensão entre visibilidade e invisibilidade. Hoje as crianças estão muito midiaticizadas, sobretudo sobre essa forma da criança do horror. Mas é verdade que, em geral, não dedicamos atenção suficiente para ver o que as crianças querem e o que pensam. Apesar dos esforços significativos que têm sido feitos no âmbito dos chamados estudos da Infância, o que tem ocorrido de forma muito acentuada nos últimos tempos é uma preocupação em definir os modos de comportamento com que os adultos interpretam as crianças: tentar ver o modo como as crianças estão, como elas agem, como se comportam etc. Desenvolveu-se muito significativamente, nos últimos anos, uma literatura de autoajuda, de diferentes gurus, que tem exatamente essa intenção: como educar melhor seu filho, como criar crianças competitivas na escola, como garantir que a criança se salve numa selva humana. Existe uma série de

HOJE AS CRIANÇAS
ESTÃO MUITO
MIDIATIZADAS,
SOBRETUDO SOBRE
ESSA FORMA DA
CRIANÇA DO HORROR.

livros dessa natureza, e eu creio que essa é uma forma de contribuir para a invisibilidade da infância. Em nome de dar visibilidade à infância, esses livros acreditam explicar os comportamentos da criança, seus modos de pensar, seus modos de agir. Há, portanto, uma relação paradoxal.

O senhor falou sobre ouvir a criança, de uma escuta, algo que é bastante recente e que vai na contramão das questões da história que levantou. Eu queria entrar um pouco mais nessa questão. Quando é que surge esse processo de escuta e como que os adultos podem abrir processos nesse sentido, que incluam as crianças em suas manifestações mais genuínas, em suas formas de se expressar?

Hoje eu vejo que se tornou um lugar-comum ouvir a voz das crianças, mas é uma ideia que vai na contramão de tudo aquilo que tem sempre sido teorizado sobre as crianças. As crianças têm sido colocadas no lugar de quem escuta e não no lugar de quem fala. E é importante esse esforço. Não no sentido de inverter esses lugares, mas no sentido de torná-los recíprocos. A criança tanto fala quanto escuta, assim como o adulto simultaneamente deve tanto falar quanto escutar nessa relação. Essa questão se coloca em vários níveis, um deles é o educacional. A escola foi pensada, sobretudo, numa perspectiva de ensinar as crianças a partir de uma cultura exógena a elas. Mas isso foi evoluindo historicamente. E hoje a ideia de ouvir as crianças no plano pedagógico significa que os saberes escoados não advêm apenas dos saberes instituídos pelo currículo oficial, mas podem ser construídos nos saberes instituídos nas relações dos adultos com as crianças, na construção do conhecimento. Isso significa uma alteração profunda do ponto de vista da relação pedagógica e do ponto de vista da ação educativa. É curioso, pelo menos em Portugal, essa alteração é muito mais visível na educação infantil do que nos níveis posteriores.

E como essa escuta ocorre, ou não, no âmbito das políticas públicas?

No plano político, temos que reconhecer que há um retrocesso significativo da nossa sociedade no que diz respeito a ouvir a voz das crianças. As crianças são mais consideradas como destinatárias das políticas públicas e muito menos como sujeitos dessas políticas públicas.

A CRIANÇA TANTO
FALA QUANTO ESCUTA,
ASSIM COMO O ADULTO
SIMULTANEAMENTE
DEVE TANTO FALAR
QUANTO ESCUTAR.

No entanto as crianças têm opiniões e posições, e essas posições e opiniões são relevantes, para o que se passa, por exemplo, na escola ou na cidade. Ouvir as vozes das crianças no domínio das construções das políticas públicas parece logo algo essencial. Não para transformar as crianças em deputados, vereadores, prefeitos ou secretários, mas para que essa voz, da forma como ela pode ser expressa, tenha influência no domínio da vida em comum. E aqui estão dois conceitos centrais: o da participação, pois as crianças devem ter a possibilidade de influenciar a vida coletiva, e o de cidadania, pois as crianças não são pré-cidadãs, as crianças são cidadãs ativas e assim devem ser tratadas.

Como é que esses conceitos se concretizam na prática?

Bom, no plano das instituições, pode ocorrer a criação de dispositivos de escuta da voz das crianças, por exemplo, assembleias e conselhos das crianças. No plano municipal, vejo que a questão fundamental está em ter uma contínua capacidade de mobilização da opinião das crianças por múltiplos meios, por exemplo, através de sondagens de opinião junto às crianças, frentes de acordo com a voz das crianças, dar abertura de espaço de comunicação livre das crianças, como chats coletivos, possibilidade das crianças se dirigirem aos prefeitos e aos responsáveis políticos para exprimirem sua opinião. E creio também que faz sentido e é necessária a constituição de estruturas representativas, de conselhos municipais em que as crianças possam participar. Em alguns municípios com algum êxito estão experimentando a inserção das crianças no orçamento participativo através, por exemplo, da criação de uma verba própria dentro do mesmo, sobre a qual elas possam pronunciar suas opções. Isso me parece muito positivo. Sinto que é sempre necessário conciliar dois riscos: o risco da manipulação e o risco de pensar que as crianças vão agir como se fossem políticos adultos. Ora, se as crianças agirem como políticos adultos, deixam de ser crianças e, portanto, perde-se completamente o sentido daquilo que é a participação infantil.

CREIO QUE FAZ SENTIDO E É NECESSÁRIA A CONSTITUIÇÃO DE ESTRUTURAS REPRESENTATIVAS, DE CONSELHOS MUNICIPAIS EM QUE AS CRIANÇAS POSSAM PARTICIPAR.

É possível pensar essa participação infantil nas esferas estaduais e federais?

Penso a participação infantil no plano municipal, que é o plano das noções políticas das proximidades. Já é mais difícil, por exemplo, pensar nessas formas de participação no plano nacional. Ou mesmo, no caso do Brasil, no plano estadual. No entanto há formas múltiplas de participação em outros planos. Nessa matéria, o Brasil é absolutamente exemplar, posso citar ações no movimentos sociais com crianças, como o Movimento Nacional Meninos e Meninas de Rua e o Movimento Sem Terra, que são talvez os que eu conheço melhor, pois tive a oportunidade de trabalhar com colegas brasileiros e brasileiras que atuam nesses projetos. Mas é no plano municipal que encontramos a melhor forma de garantir a participação. Há movimentos de cidades amigas das crianças ou ainda de cidades educadoras, que vão um pouco ao encontro dessa ideia, fazendo com que a vida seja de fato coativamente construída também pelas crianças. Eu próprio dirijo um projeto numa cidade aqui próxima, Guimarães, chamado Carta da Cidadania Infância Juvenil, cujo objetivo é que as crianças e os jovens possam participar coativamente da vida em todos os assuntos fundamentais. E fizemos isso através de uma mobilização de crianças nas diferentes estruturas municipais, que aqui são freguesias, os bairros onde as crianças foram mobilizadas para se pronunciar sobre os mais diferentes assuntos, virando um documento que aponta linhas estratégicas de viabilização dos direitos das crianças e dos jovens no contexto municipal. Repito, nós precisamos encontrar formas imaginativas de fazer essas mobilizações que não sejam manipulatórias nem breves simulacros de participação.

Falando desses projetos e iniciativas inspiradoras, o senhor destaca alguns países exemplares?

O que acontece é que os contextos econômicos e políticos de cada país afetam profundamente o modo como se concebem e se desenvolvem as políticas públicas, pelo menos as políticas públicas para a infância. Vou dar um exemplo: o movimento lançado pelo Unicef relacionado às cidades amigas das crianças teve uma enorme influência na Itália. Mas o governo Berlusconi conseguiu criar condições de destruição de tudo. Agora, entre os movimentos amigos das crianças, há exemplos muito interessantes em países da América Latina, como a Argentina. Encontramos também algumas cidades

**NÓS PRECISAMOS
ENCONTRAR FORMAS
IMAGINATIVAS DE
FAZER MOBILIZAÇÕES
QUE NÃO SEJAM
MANIPULATÓRIAS.**

amigas das crianças que são exemplares do ponto de vista do desenvolvimento do seu trabalho na Espanha, na região da Catalunha. O Brasil é um país que costuma ser outro exemplo importante. Do ponto de vista das políticas públicas respeitadoras dos direitos da infância costumam ter destaque países como a Noruega. Mas, como disse, tudo isso varia muito conforme os contextos, as condições e, sobretudo, os enquadramentos político e econômico dos países.

O senhor falou um pouco sobre a questão de projetos sobre e para crianças, mas gostaria que comentasse sobre a coautoria infantil nas pesquisas. Como é que as pesquisas podem trabalhar de fato com a ideia de coautoria das crianças?

Dois aspectos fundamentais a considerar. O primeiro aspecto tem a ver com a escuta das vozes da criança na pesquisa. Isso significa buscar uma rigorosa fidelidade do modo como as crianças se exprimem. E as crianças se exprimem pela palavra, pelo corpo, pelo gesto, pelos desenhos, pelas formas gráficas que realizam. Essa rigorosa atenção aos conteúdos e às formas de comunicação das crianças na pesquisa exigem metodologias verdadeiramente adaptáveis a elas. Ultimamente, por exemplo, temos desenvolvido trabalhos na produção de metodologias visuais com crianças – os vídeos. Difícil hoje realizarmos trabalhos e pesquisa com crianças que não recorram a essas metodologias visuais. E nesse sentido é necessário considerar todos os recursos éticos e ter uma grande finura do ponto de vista da capacidade de interpretação daquilo que as crianças fazem. Admitindo sempre que muito da comunicação da criança pode ficar em suspenso e não ser um objeto de interpretação. O pesquisador tem sempre a obrigação de propor as suas interpretações, mas com reserva correspondente à ideia de que não vai totalizar a informação das crianças. Isso é muito comum ao analisar os desenhos das crianças; há sempre coisas que nos surpreendem e coisas que provavelmente não são suscetíveis à interpretação e ficam suspensas.

O segundo aspecto tem a ver com uma ampliação da escuta das vozes da criança também no próprio momento de concepção e desenvolvimento da pesquisa. Não apenas com relação à informação que as crianças produzem, mas a própria definição do que vai ser a pesquisa, de quais

AS CRIANÇAS SE
EXPRIMEM PELA
PALAVRA, PELO
CORPO, PELO
GESTO, PELOS
DESENHOS, PELAS
FORMAS GRÁFICAS
QUE REALIZAM.

são os métodos e técnicas que serão usados, quais são os procedimentos. Essa participação das crianças é o que configura as metodologias participativas de pesquisa com crianças. Aqui há um momento absolutamente determinante e de poder: a criança vai ter o poder de dizer “vamos por aqui ou por ali” juntamente com o pesquisador. Não se trata de um poder absoluto, mas de um poder partilhado. Assim, a criança cria seus próprios diários de campo, produz fotografias e filmes, constrói as suas próprias interpretações. A pesquisa será depois o resultado dos múltiplos aportes que é da produção dos dados, que são feitos, neste caso, pelas crianças e pelos investigadores adultos. Isso é também outro método no qual temos dado alguns passos para a construção das pesquisas participativas com meninos e meninas, em que o poder da criança marca efetivamente os resultados da pesquisa.

Ao resgatar o olhar das crianças e ao incluí-las nos processos participativos, a gente pode construir uma visão renovada dessa sociedade, ou seja, a gente pode transformar a sociedade se levarmos isso a sério?

É muito interessante porque, nos últimos anos, vários filósofos que se debruçam sobre a criança, como Giorgio Agamben, Walter Cohan, Jorge Larossa e José Gil, têm afirmado isso. É como se houvesse uma descrença na capacidade dos adultos em renovarem o mundo. E nós temos necessidade de buscar esse lado, esse lugar inicial, aparentemente não contaminado das crianças para fazer ações de inovação. Acho que essa ideia é interessante, no entanto tenho algumas reservas. Sei que as crianças não vivem fora do mundo social e vivem em constante interação com os adultos, não existe o puro olhar da visão infantil. O olhar é sempre, desde o primeiro momento, contaminado pela cultura, e essa cultura as crianças partilham com os adultos. Agora, é verdade que as crianças, por terem uma enorme plasticidade da renovação das formas e dos conteúdos, poderão propor e sugerir outros modos de ver o mundo que não aqueles que estão cristalizados nas culturas dominantes das nossas sociedades. ■

O OLHAR É SEMPRE
CONTAMINADO
PELA CULTURA, E
ESSA CULTURA AS
CRIANÇAS PARTILHAM
COM OS ADULTOS.

CRÉDITOS DAS FOTOS: PETRA PEZIBEAR / NHAT-TIEN
LE / EDDY VAN WALLEDAEL / BRUNO GADJET / J.
MARCOCHI / STEVEN MEAN / YOLANDA COERVERS /
RITA EISENKOLB / AMBER CLAY / BESS HAMITI / LISA
RUNNELS / JAN DEN OUDEN / QUIIM MUNS / PAM
SIMON / ANDI KETAREN / LUIDMILA KOT / NGUYEN
DINH LICH / ABIGAIL THOMPSON / ARAVIND KUMAR
/ THOAI CAO / MICHELLE MARIA / NATHANEL LOVE /
DAVID WAGNER / RUSLAN GILMANSHIN / JAQUELINE
SCHMID / NICO GRUTTER / SALLY WYNN / MIHAI
PARASCHIV / YANNICK LEPÈRE / DIMITRIS VETSIKAS
WWW.PIXABAY.COM